



Resposta impugnação empresa VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA

Curitiba, 2 de setembro de 2022

A impugnante apresenta suas alegações e termina solicitando que seja acolhida sua reivindicação para alteração dos seguintes termos do edital:

1. Excluir todas as exigências de aceitação exclusiva de qualificação técnica ABNT NBR 15247 e que seja admitida também a apresentação de atestado que comprove serviços prestados em sala-cofre certificado conforme EN 1047-2;
2. Excluída a exigência de responsável técnico na atividade de engenharia civil.

Em análise ao pedido, a área técnica apresenta os seguintes entendimentos.

O TRT9 optou pela aquisição de produto certificado segundo norma elaborada por Organismo de Certificação de Produto nacional (ABNT) acreditado por autarquia pública federal com atribuições de metrologia e aferição de qualidade, o INMETRO.

É certificada pela norma ABNT NBR 15247 e oferece os níveis de segurança e proteção necessários ao atendimento aos requisitos de negócio do Tribunal, com a possibilidade de comprovar as garantias de proteção através de auditoria independente realizada por OCP nacional. A aquisição foi motivada pelo nível de proteção assegurado por essa certificação, para atendimento ao requisito de negócio, condição que ainda existe diante dos riscos inerentes à utilização do prédio multiuso, local de instalação da sala cofre.

A norma internacional trata do mesmo assunto e traz características diferentes em relação à norma nacional, porém não a substitui.

Ainda que a sala cofre do Tribunal esteja em conformidade com a norma EN 1047-2, não é requisito desta contratação a observância aos processos da norma internacional. É dever do Tribunal zelar pelos ativos, proteger investimento, preservar a infraestrutura de TIC e salvaguardar todos os dados necessários às atividades jurisdicionais e administrativas. A especificação adequada das condições de habilitação técnica é um dos pré-requisitos para atingir esses objetivos, razão da exigência de atestados em sala cofres certificados por organismos certificadores independentes acreditados pelo INMETRO e constatação da preservação das certificações através de auditorias periódicas independentes.



Importante mencionar que componentes de origem alemã, como painéis que compõem a sala cofre, podem ter aderência à norma EN 1047. Tal fato, no entanto, não corrobora a afirmação que todo o ambiente seria certificado pois a aderência isolada e a característica individual de um componente não se estendem a toda sala cofre. A certificação é do produto final sala cofre e não apenas de um componente.

Sobre as alegações da impugnante em relação a preservação da certificação, a área técnica apresenta as seguintes considerações.

Como a própria impugnante relatou, existem atualmente dois organismos acreditados pelo INMETRO para o produto sala cofre, a saber a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e a UL do Brasil Certificações.

A ABNT tem o procedimento de certificação específico (PE-047.xx) em que condiciona a manutenção da certificação ao controle permanente e periódico para atestar a continuidade das condições que originaram a concessão da certificação.

Referido controle é realizado mediante auditorias, avaliações das documentações e verificações dos programas de manutenções preventivas e corretivas realizados conforme especificação do fabricante.

Um exemplo de produto certificado conforme NBR 15247 pela ABNT é a sala cofre do TRT9, do fabricante Lampertz.

Verificando a marca de segurança da ABNT (figura abaixo), é possível constatar os graus de proteção do produto. Extrai-se o seguinte texto que trata da validação da marca:

“Qualquer alteração em suas características originais por uso indevido ou desgaste natural, ou a falta de manutenção preventiva e corretiva, efetuada pelo fabricante ou seu credenciado invalida esta marca de segurança”

Assim como a ABNT, a UL do Brasil Certificações é OCP com abrangência nacional e realiza certificação de sala cofre segundo a norma nacional NBR 15247.

A UL do Brasil Certificações também tem o programa para certificação de produtos dirigido a salas-cofre e cofres para hardware que estabelece as condições de auditoria de validação do produto comercializado e direito de uso do selo de conformidade, prevendo os termos para a realização das manutenções.



9.5.2 Auditoria Técnica de Validação de Produto Comercializado

...

...

...

9.5.2.8 As manutenções preventivas e corretivas das Salas-Cofre e Cofre para Hardware certificadas e montadas no cliente deverão ser realizadas exclusivamente pelo fornecedor ou por seu representante autorizado, registradas e disponibilizadas para avaliação anual da UL do Brasil Certificações.

9.5.2.9 Caso seja evidenciada a execução das atividades de manutenção por empresa que não seja o fornecedor ou por seu representante autorizado, a UL do Brasil Certificações notificará o fornecedor para tomada de ações junto ao cliente e o produto perderá o direito de uso do selo de conformidade até que a não conformidade seja sanada. A retirada do Selo de conformidade do produto certificado deverá ser evidenciada a UL do Brasil Certificações e a reposição deverá ocorrer após autorização da UL do Brasil Certificações.

Figura 1- Programa para Certificação Sala-Cofre 00-GC-P0946

O programa para certificação da UL do Brasil foi obtido em formato RAR, na data de 10/08/2022, no seguinte endereço: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2020/collective-nitf-content-19/1-bd-apoio-empresarial.rar>

Um exemplo de produto certificado conforme NBR 15247 pela UL do Brasil Certificações é a sala cofre do fabricante Truckvan, modelo TKS.

Em consulta ao Google por certificados de conformidade emitidos pela UL do Brasil Certificações, foi possível obter um modelo de certificado para sala cofre do fabricante Truckvan.

A análise do conteúdo do modelo obtido permite inferir tratativa similar a ABNT pela UL do Brasil Certificações para a manutenção da certificação. Extraí-se o seguinte texto da página três (figura abaixo):

“A validade deste Certificado está condicionada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações da UL do Brasil Certificações, previstas nos procedimentos específicos”.

Tais fatos evidenciam a preocupação dos OCPs pela garantia da continuidade dos níveis de proteção durante os serviços de manutenção, ou seja, a preservação das capacidades e características constatadas à época da aquisição.

O motivo desta preocupação é óbvio: a responsabilidade em cancelar produto que ofereça níveis de proteção contra sinistros durante toda vida útil do ativo.

A quem seria atribuída a responsabilidade caso ocorra um sinistro em que o produto certificado pelo OCP não tenha resistido aos incidentes para os quais fora construído e testado?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Certamente uma empresa que presta serviços de manutenção e tenha utilizado produtos não originais ou não homologados pelo fabricante ou ainda não tenha utilizado mão de obra qualificada, não assumiria responsabilidade pela má qualidade dos serviços e comprometimento dos níveis de proteção dos ativos do Tribunal.

O órgão que, para atender aos requisitos do negócio, adquiriu uma solução construída e testada segundo a norma nacional (NBR 15247), com certificação por OCP de abrangência nacional (ABNT ou UL do Brasil Certificações) acreditado por autarquia federal (INMETRO), não poderia invocar a responsabilidade pela preservação das características construtivas, das condições técnicas e dos níveis de proteção, já que não tem competência e atribuições para tal, restando seguir as recomendações do fabricante e OCP.

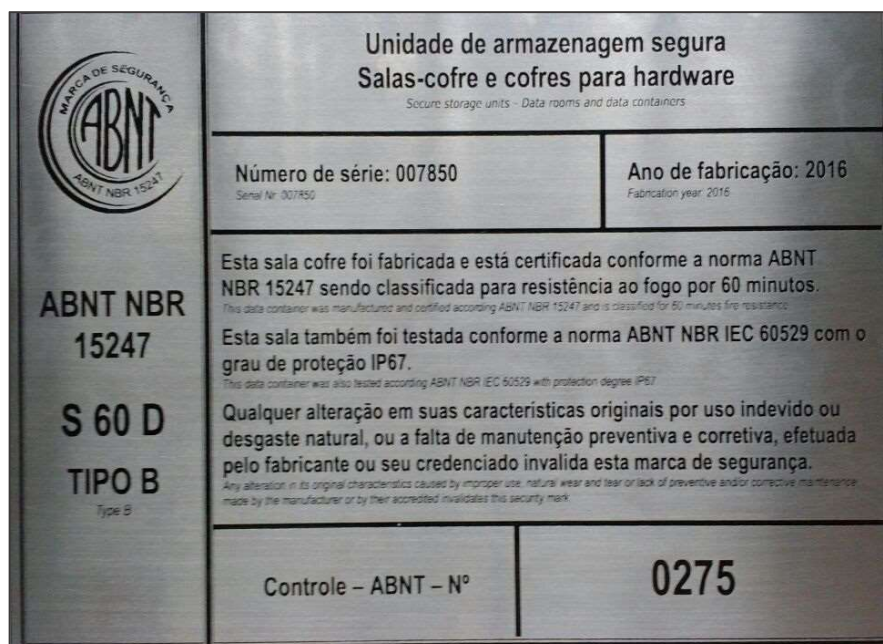


Figura 2 – Marca de Segurança ABNT



CERTIFICADO DE CONFORMIDADE CERTIFICATE OF CONFORMITY		
Unidade de Armazenagem Segura Secure Storage Unit		
Certificado / Certificate: UL-BR 20.0632		
Emissão / Issue 24 de abril de 2020 April 24, 2020	Revisão / Review: 01	Validade / Expiration 23 de abril de 2023 April 23, 2023
Observações / Observations:		
<p>1. A validade deste Certificado está condicionada à realização das avaliações de manutenção e tratamento de possíveis não conformidades de acordo com as orientações da UL do Brasil Certificações, previstas nos procedimentos específicos. <i>The validity of this certificate is conditioned to the performance of the surveillance evaluations and non-conformity treatments, according to UL do Brasil Certifications guidelines in the specific procedures.</i></p> <p>2. Este certificado aplica-se aos equipamentos (produtos) idênticos ao protótipo avaliado e certificado, manufaturados na unidade fabril mencionada acima. <i>This certificate applies to the equipment (products) that are identical to the prototype evaluated and certified, manufactured at the production site mentioned in this certificate.</i></p> <p>3. Qualquer alteração no produto, incluindo a marcação, invalidará o presente certificado, salvo se o solicitante informar por escrito à UL do Brasil Certificações sobre esta modificação, a qual procederá à avaliação e decidirá quanto à continuidade da validade do certificado. <i>Any change in the product, including marking, will invalidate this certificate, unless the applicant informs UL do Brasil Certifications in writing of this modification, which will proceed with the evaluation and decide on the continuity of the validity of the certificate.</i></p>		

Figura 3 – Certificado UL do Brasil Certificações

O modelo de certificado foi obtido em formato PDF, na data de 10/08/2022, no seguinte endereço: <https://truckvan.com.br/wp-content/uploads/2020/06/5.-Certificado-UL-NBR-15247-Sala-Cofre-2020-Rev-01-1.pdf>

Ainda sobre a preservação da certificação durante os serviços de manutenção, a área técnica entende que garantia que a sala cofre permanecerá com os mesmos níveis de proteção constatados à época da aquisição só poderá ser atestada mediante auditoria periódica a ser realizada por órgão independente e não através de afirmação da própria empresa que presta o serviço de manutenção.

Por óbvio, a própria empresa não irá admitir ou afirmar que presta um serviço de má qualidade que possa comprometer a segurança dos ativos do Tribunal, seja por má conduta, imperícia, omissão ou ausência de conhecimento acerca da capacidade técnica ou da responsabilidade dos seus técnicos.

Também não é possível assegurar a preservação de todos os níveis de proteção considerando **somente** a realização, por parte da própria empresa contratada, do teste de estanqueidade do produto. O teste de estanqueidade visa a verificação da resistência do ambiente a uma categoria de riscos e não a todas as proteções obtidas com a aquisição de produto certificado. É necessário asseverar, por meio de auditoria independente, que a empresa utilizou componentes e peças de reposição originais e homologadas pelo fabricante, e que todas as placas de substituição, blindagens, vedações, porta, etc. atendam aos requisitos construtivos e ofereçam as resistências para as quais tenham sido testadas em caso de sinistro.



A aquisição de produto certificado foi condição para atender ao negócio do Tribunal, requisito que ainda existe já que permanecem as mesmas condições verificadas no passado quanto aos riscos de utilização do prédio multiuso, local de instalação do data center suscetível a incêndios e inundações.

A sala cofre do TRT9 passa por um processo de auditoria anual, realizada por órgão certificador acreditado pelo INMETRO, no caso a ABNT, prevista na manutenção periódica e que garante que o ambiente permanece com os mesmos níveis de proteção (portanto permanece com as certificações) e que os serviços foram executados utilizando peças e componentes originais, homologados pelo fabricante, com as mesmas capacidades, qualidades e características à época do investimento em produto certificado.

Caso a auditoria anual indique que o ambiente não possui os mesmos níveis de proteção obtidos com a aquisição, ou seja, indique perda dos níveis de proteções, a contratada ficará responsável em implementar as ações visando corrigir os problemas apontados pelo órgão certificador independente, sujeitando-se inclusive às sanções de mora e/ou compensatória caso seja constatada demora na resolução ou o aumento do risco a que ficam expostos os ativos de TIC do Tribunal.

A própria impugnante reconhece que os serviços de manutenções devem seguir normas, segundo texto extraído de sua Proposta Comercial 059/2022 encaminhada a esse Tribunal do dia 08 de julho de 2022:

CERTIFICAÇÕES E GOVERNANÇA DE TI E ENERGIA

*Projetos **assim como as manutenções** devem seguir normas, procedimentos e roteiros e fabricantes, com tudo o único intuito é manter em plena operação um ambiente construído para sustentar o negócio de nossos clientes, com isso a Virtual TI atende todas as normas vigentes nacionais e internacionais, a seguir alguns exemplos:*

*Up Time Institute (Tier Standard Topology) - ANSI/TIA/EIA-942 – ANSI EIA/TIA 568B - **NBR ABNT 15247** - ANBT NBR 5410 - ABNT NBR IEC 60439-1 - ABNT NBR 13534 - ABNT NBR 14664 - ABNT NBR 15014 - NR-10 - NR-18 - NR-35 - NFPA 2001 - NFPA 72 – ASTM E779 – ECB-S EN1047-2 - NBR 11836 - NBR 9441 - NBR-5419, NBR-5410 - NBR 14565, NBR 11515, NBR ISSO/IEC 17799.*



CERTIFICAÇÕES E GOVERNANÇA DE TI E ENERGIA

Projetos assim como as manutenções devem seguir normas, procedimentos e roteiros e fabricantes, com tudo o único intuito é manter em plena operação um ambiente construído para sustentar o negócio de nossos clientes, com isso a Virtual TI atende todas as normas vigentes nacionais e internacionais, a seguir alguns exemplos:

Up Time Institute (Tier Standard Topology) - ANSI/TIA/EIA-942 – ANSI EIA/TIA 568B - NBR ABNT 15247 - ANBT NBR 5410 - ABNT NBR IEC 60439-1 - ABNT NBR 13534 - ABNT NBR 14664 - ABNT NBR 15014 - NR-10 - NR-18 - NR-35 - NFPA 2001 - NFPA 72 – ASTM E779 – ECB-S EN1047-2 - NBR 11836 - NBR 9441 - NBR-5419, NBR-5410 - NBR 14565, NBR 11515, NBR ISO/IEC 17799.

Figura 4 – Virtual TI Proposta Comercial 059/2022

A proposta **não foi utilizada** na formação de preço em observância ao ofício emitido pela impugnante no dia 15 de julho de 2022, em que declarava sua proposta sem validade e solicitava a retirada por entender que suas exigências para alterações dos critérios de habilitação não foram atendidas.

Sobre a alegação da impugnante que as exigências do Pregão Eletrônico N° 50/2022 do TRT9 direciona o processo licitatório a um único grupo econômico, a área técnica apresenta as seguintes considerações.

De acordo com recente pesquisa de pregões para serviços de manutenção em sala cofre com requisito de preservação das certificações ABNT, a exigência de serviços de manutenção em data center certificado por organismo certificador acreditado pelo INMETRO é recorrente nas contratações públicas e evidencia a participação de pelo menos 2 grupos distintos (Aceco TI/Green4t e Orion) para os certames encontrados.

Sabe-se que a empresa Clemar também está prestes a obter o credenciamento para atuação no mesmo nicho de mercado (Fonte: respostas aos pedidos de impugnações do Pregão Eletrônico nº 10/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região).

Além da participação de empresas distintas, cita-se que a auditoria e o procedimento de certificação do OCP acreditado pelo INMETRO não configuram direcionamento porque sendo o INMETRO uma autarquia pública federal com atribuições de metrologia e aferição de qualidade, qualquer interessado poderia se submeter ao processo do OCP para obtenção da certificação desde que atendidos às exigências de capacidade e qualidade, torne-se distribuidor autorizado dos fabricantes e que dispusesse de recursos da empresa para tal.

O edital do TRT9 previu ainda como um dos requisitos de qualificação a apresentação de atestado de capacidade técnica para serviços críticos com prazo inferior ao comumente solicitado em



certames similares. O prazo mínimo requerido é de 6 (seis) meses e normalmente pede-se 12 (doze) meses. Tal previsão visa facilitar a participação de empresas que buscaram meios legítimos para concorrer com igualdade de condições, através do investimento na certificação e autorização para fornecimento de peças originais e homologadas pelos fabricantes.

Sobre a solicitação da impugnante para que seja afastada a exigência de responsável técnico engenheiro civil, a área técnica esclarece que a exigência de responsável técnico com formação em Engenharia Civil é apoiada pelas atividades relacionadas às estruturas modulares do ambiente protegido e às infraestruturas que suportam o data center.

O Data Center SALA-COFRE é construído com elementos modulares de paredes, teto, piso elevado, porta, blindagem, entre outros, que requerem responsabilidade técnica para manutenção, além da responsabilidade pela conformidade da célula/involucro/parede com as proteções a fogo ABNT NBR 15247.

Destacam-se também as atividades de vistoria, prospecção e projeto previstas no plano de manutenção preventiva para a infraestrutura civil, que demandam elaboração de laudos técnicos e recomendação para reforço ou correções das edificações, conforme demonstra a tabela a seguir.

AMBIENTES E SALAS		
Infraestrutura de Instalação		Visitas por Ano
1	Vistoriar a infraestrutura de instalação do data center (laje, teto, paredes, colunas)	2
2	Prospectar ou projetar a necessidade de reforço ou adequações na infraestrutura civil	2

É importante destacar que os serviços de manutenção da sala cofre são altamente especializados e não são comparáveis com outros serviços aparentemente similares, porque devem cumprir exigências técnicas muito mais precisas. Sendo assim, é imperativo que os mesmos sejam prestados por profissionais com experiência e capacidade devidamente comprovada, considerando-se a criticidade da solução

Citam-se as seguintes ARTs emitidas na entrega do ambiente:

- ART nº 20174964147 (CREA-PR)
- ART nº 20170118144 (CREA-PR)
- ART nº 20185976399 (CREA-PR)



Por fim, sobre a economicidade alegada pela impugnante, a área técnica esclarece que os valores máximos aceitos para o Pregão Eletrônico N° 50/2022 do TRT9 foram estipulados atendendo à legislação vigente, com a estimativa obtida através da média dos valores obtidos em pregões e propostas recebidas, inclusive desconsiderando valor de proposta tido como discrepante para a pesquisa.

Importante mencionar que o critério utilizado pela impugnante, valor por m², por vezes não é suficiente para a comparação fidedigna de valores.

Há que se considerar outros fatores importantes na precificação, como exemplos o Acordo de Nível de Serviço, a quantidade e complexidade dos equipamentos, a necessidade de contratos exclusivos com os fabricantes, especificidade técnica do ambiente, os requisitos de certificação e a data de assinatura do contrato.

Assim, considerando os requisitos e as justificativas técnicas que embasam a documentação de referência; a necessidade de garantir-se a integridade da solução, dos equipamentos que a integram; a essencialidade do serviço em fase de contratação para o funcionamento deste Tribunal; a proximidade do encerramento da vigência do contrato de manutenção então em vigor; os riscos decorrentes da descontinuidade dos serviços com real possibilidade de prejuízos à gestão e à jurisdição; e, principalmente, a conformidade das exigências editalícias, sugerimos a improcedência da impugnação apresentada pela VIRTUAL INFRAESTRUTURA E ENERGIA LTDA.

Atenciosamente,

Hugo Signoretti Netto

Integrante técnico da equipe de planejamento da contratação

Alexandre Tetsuo Yamauchi

Coordenador de Infraestrutura

Ciente:

Daniel Vicente Thomaz

Diretor da Secretaria de Informática e Sistemas Judiciários